

APRESENTAÇÃO

Os Editores e Organizadores tem a satisfação de publicar a primeira edição de 2021, que possui artigos apresentados no “IV Seminário Mulher, Poder e Democracia: promoção da igualdade de gênero”, ocorrido em março de 2021 no Centro Cultural Justiça Federal/CCJF, além de outros trabalhos que envolvem temas relativos à pandemia de Covid-19 e negócios digitais. Por fim, inauguramos a Seção Memória e História do Poder Judiciário. Essa edição conta com a publicação de 6 (seis) trabalhos, totalmente editados remotamente.

O primeiro artigo, intitulado **A Identidade de Gênero no Instituto Penal de Campo Grande - MS**, os autores abordam a realidade das pessoas LGBT, mais especificamente, as transexuais e travestis, em âmbito prisional, possuindo como foco, uma análise documental do Instituto Penal de Campo Grande - MS (IPCG).

Em sequência, **Trabalho Doméstico e Mulheres: uma análise sobre como a reforma tributária pode contribuir para a redução das desigualdades de gênero** tem por objetivo apresentar reflexões sobre as desigualdades de gênero associadas à função social e econômica do trabalho em âmbito doméstico, bem como apontar mecanismos para promoção de políticas públicas inclusivas através da adoção de um sistema tributário de caráter redistributivo.

O artigo **Da Legítima Defesa da Honra ao Crime de Femicídio: uma análise feminista ao enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil** objetiva fazer uma análise feminista do enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

O trabalho **Contágora: uma experiência digital na gestão de pequenos e médios negócios** tem por objetivo refletir acerca da criação de uma startup contábil que propõe mudanças no uso da tecnologia em contabilidade.

Os Efeitos da Pandemia na Educação de Crianças e Adolescentes no Brasil pretende analisar os efeitos da pandemia na educação de crianças e adolescentes no Brasil.

Por fim, esta edição traz o texto de abertura da Seção Memória e História do Poder Judiciário, assinada pelo Dr. Carlos Alexandre Böttcher, Juiz do TJ-SP e integrante do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, bem como o trabalho **Para “Remover os Embaraços que Possam Retardar [...] a Administração da Justiça”**: a criação do Tribunal da Relação de Pernambuco e a composição de seus primeiros desembargadores (1821-1840), que se propõe a discutir o processo político que promoveu a criação do Tribunal da Relação de Pernambuco.

Aos autores e leitores desta Edição, o nosso obrigado.
Para publicar na LexCult, consulte as normas da revista.

Os Editores.